
CONCURSO PÚBLICO

TERMOS REFERÊNCIA - RETIFICAÇÃO

014-DCP-2023

CONCURSO CONCEÇÃO - DO MOSTEIRO AO CASTELO - ACESSIBILIDADE E NOVA MOBILIDADE

ÍNDICE

Artigo 1.º – Identificação do concurso e modalidade de escolha.....	3
Artigo 2.º – Exigências e requisitos de natureza estética, funcional ou técnica para os trabalhos de conceção	3
Artigo 3.º – A entidade adjudicante e o órgão competente para a decisão de contratar	6
Artigo 4.º – Júri e respetivas habilitações profissionais específicas	6
Artigo 5.º - Habilitações profissionais específicas de que os concorrentes devem ser titulares	7
Artigo 6.º – Indicação geral dos prazos para a elaboração do projeto e para a execução da obra	7
Artigo 7.º – Documentos que devem materializar a proposta	7
Artigo 8.º – Modo de apresentação dos documentos que devem materializar os trabalhos de conceção	10
Artigo 9.º – Direitos de autor e transferência de propriedade	11
Artigo 10.º – Prazo e local para a apresentação dos documentos que devem materializar os trabalhos de conceção	11
Artigo 11.º – Visitas ao local.....	12
Artigo 12.º – Critério de seleção.....	12
Artigo 13.º – Exposição pública dos trabalhos de conceção.....	14
Artigo 14.º – Montante global dos prémios de participação a atribuir aos concorrentes cujos trabalhos de conceção não sejam excluídos	15
Artigo 15.º – Número de trabalhos de conceção a selecionar	16
Artigo 16.º – Ajuste direto para adquirir planos, projetos ou quaisquer criações conceptuais.....	16
Artigo 17.º – Esclarecimentos – Regras específicas	16
MODELO 1 – SUBMETER COMO “DOCUMENTO CLASSIFICADO”	18
ANEXO IV – SUBMETER COMO “DOCUMENTO CLASSIFICADO”	19
ANEXO - CADERNO DE ENCARGOS.....	20

TERMOS REFERÊNCIA - RETIFICAÇÃO**014-DCP-2023****CONCURSO CONCEÇÃO - DO MOSTEIRO AO CASTELO - ACESSIBILIDADE E NOVA MOBILIDADE****Artigo 1.º – Identificação do concurso e modalidade de escolha**

1 – O presente procedimento reveste a modalidade de concurso público de conceção, nos termos do artigo 219.º-A e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação. O procedimento tem por objeto selecionar de 1 (um) trabalho de conceção para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade*”, para cuja concretização e desenvolvimento a entidade adjudicante tem a intenção de celebrar um contrato de prestação de serviços na sequência de *ajuste direto* adotado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

2 – Os trabalhos de conceção objeto do *ajuste direto* a que se refere o n.º anterior devem observar os requisitos constantes do *caderno de encargos* que constitui o Anexo a estes *Termos de Referência*.

3 – O objeto do presente concurso insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para contratos públicos (CPV), no código 71200000-0 (Serviços de Arquitetura e afins).

Artigo 2.º – Exigências e requisitos de natureza estética, funcional ou técnica para os trabalhos de conceção

1 – Os trabalhos a apresentar devem respeitar as exigências legais no âmbito da atividade e privilegiar a história e enquadramento local em termos de natureza estética, funcional e técnica, respeitando o caderno de encargos (em anexo) e tendo em especial atenção:

- a) O equipamento urbano, entre outros;
- b) A revisão das infraestruturas elétricas, prevendo a sua passagem em vala, valorizando o espaço público e o edificado;
- c) A substituição e/ou reabilitação de redes de drenagem e abastecimento de águas, resolvendo patologias e adequando-as aos novos perfis das vias; e
- d) A integração no processo de requalificação urbana a necessidade de implementação/atualização e melhoramento das redes que infraestruturam estas áreas.

2 – Ao nível da identidade arquitetónica, os trabalhos a apresentar devem integrar o relacionamento com o meio envolvente, nomeadamente, através de uma proposta:

- a) De uma linguagem arquitetónica que interligue os dois monumentos (mosteiro e castelo) acentuando o carácter e identidade urbana, com uma visão contemporânea do local, sem descurar a

adequação com a intervenção existente na praça 25 de Abril, criando uma linguagem coerente e de harmonização da cidade enquanto conjunto;

- b) Da utilização do espaço público através do seu relacionamento com o tecido edificado existente e espaços públicos circundantes;
- c) De espaços e ambientes adequados ao modo de vida de hoje, garantindo a melhoria das condições do espaço público e ambiente urbano;
- d) De integração do traçado das ruas existentes, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público;
- e) Para potenciar o sentido urbano, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação “aberta” entre o *espaço público* e o *espaço privado*;
- f) Para articular a configuração do espaço público, através da definição de acessos e circulação integrada com a envolvente às suas várias cotas;
- g) Para integrar harmoniosamente a paisagem construída e não-construída envolvente; e
- h) Para otimizar e privilegiar enquadramentos nas várias orientações e vistas possíveis, compatibilizando as particularidades do edificado com a especificidade das ruas.

3 – Os trabalhos a apresentar em termos de adequabilidade ao programa funcional devem contemplar uma solução:

- a) Com resposta eficiente ao *programa preliminar* integrante do caderno de encargos, com clareza e funcionalidade na articulação das várias ruas;
- b) Relacionar a área de intervenção com o tecido urbano existente, nomeadamente com a praça 25 de Abril, garantindo uma linguagem para a cidade, vista como um todo;
- c) Que garanta a viabilidade e exequibilidade da solução proposta, demonstrando a adaptabilidade da mesma a uma intervenção faseada, com autonomização sem comprometer a coerência global da solução;
- d) Que adequa decisões técnicas à estimativa orçamental proposta para a obra, sem prejuízo da qualidade construtiva em matéria de conforto ambiental e considerando uma paleta de materiais de revestimento compatível com a racionalização de custos inerente a este projeto;
- e) Adequar as soluções construtivas às características específicas de cada rua, nomeadamente a acentuada inclinação denunciada em algumas delas, com materiais que respondam e garantam, a longo prazo, todas as questões de segurança para circulação de peões e veículos; e
- f) Que privilegie um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes.

4 - O projeto deve integrar a requalificação das seguintes ruas:

- a) Rua Frei Fortunato (parte);
- b) Rua Miguel Bombarda (parte);

-
- c) Rua Eng.º Duarte Pacheco;
 - d) Rua D. Maur Cocheril;
 - e) Rua do Castelo;
 - f) Rua Frei Estevão (parte);
 - g) Rua Almirante Cândido dos Reis;
 - h) Avenida Maria Oliveira;
 - i) Rua David da Fonseca (parte);
 - j) Avenida João de Deus; e
 - k) Rua 16 de Outubro (apenas substituição de rede de esgotos pluviais e reposição de pavimento existente).

5 – PATRIMÓNIO EDIFICADO

O projeto a apresentar abrange áreas de proteção ao património edificado, nomeadamente a zona geral de proteção do Castelo de Alcobça e a zona especial de proteção conjunta do Mosteiro de Alcobça da Capela de Nossa Senhora do Desterro, pelo que o projeto para execução da obra é sujeito a *parecer prévio vinculativo* da Direção Geral do Património Cultural de acordo com a legislação / regulamentos em vigor (e.g. Regulamento do P.D.M. Alcobça);

6 – SENTIDO VIÁRIO E ESTACIONAMENTO

As características das vias que integram a zona de intervenção do projeto podem prever alteração do respetivo sentido viário, desde que devidamente fundamentado e justificado, como é o caso da Avenida João de Deus, que se sugere poder ser alterada a circulação para apenas um sentido (Norte/Sul) de forma a suportar mais estacionamento para compensar a redução em outras zonas que se julgue necessário e/ou adequado.

7 - A REDE de ABASTECIMENTO DE ÁGUA deverá ser integralmente substituída, dado que a generalidade das tubagens é ainda em Fibrocimento ou em Ferro Fundido já muito degradado, existindo pontualmente troços em PVC também já bastante frágil. A maioria dos ramais domiciliários deverá igualmente ser substituída. As tubagens a reabilitar estão assinaladas nas peças desenhadas em anexo, prevendo-se uma extensão de cerca 4.000m.

8 - A REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS não aparentando uma necessidade de substituição integral, sobretudo nas tubagens, justifica intervenção em algumas caixas de visita que deverão ser reparadas ou mesmo substituídas. As caixas de ramal estão na mesma condição;

9 - A REDE DE ESGOTOS PLUVIAIS tem troços a necessitar de completa substituição, sobretudo no arruamento que ainda estão servidos por “caneiros”. Esta situação é conhecida concretamente na Rua do

Castelo e na Rua 16 de Outubro. Apesar da Rua 16 de Outubro não estar considerada neste concurso, será necessária a substituição desta rede, com a reposição e/ou substituição do pavimento existente.

10 - A intervenção nas redes deverá ser baseada em projeto de execução.

11 – O projeto de execução tem como valor estimado para a obra de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), ao qual acresce o valor do IVA.

Artigo 3.º – A entidade adjudicante e o órgão competente para a decisão de contratar

A entidade pública contratante é o Município de Alcobaca, sita praça João de Deus Ramos, 2461-501, Alcobaca, com endereço eletrónico concursos@cm-alcobaca.pt, sítio na internet www.cm-alcobaca.pt e plataforma eletrónica www.acingov.pt. O órgão competente para autorizar a despesa é o órgão executivo, no exercício das suas competências tendo em conta o valor do contrato que integra o *ajuste direto* ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

Artigo 4.º – Júri e respetivas habilitações profissionais específicas

1 – O presente concurso é conduzido por um júri composto por 7 (sete) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes:

Membros efetivos:

- Elisabete Mendes, Arquiteta;
- Ana Cláudia Vasconcelos, Urbanista;
- José António Francisco, Engenheiro Civil;
- Tiago Simões, Arquiteto;
- Helder Delgado, Arquiteto;
- Sara Santos, Arquiteta; e
- Carlos Ferro, Arquiteto (convidado).

Membros suplentes:

- Rui Vicente, Engenheiro Civil;
- Isabel Ribeiro, Economista;
- Raquel Valério, Técnica Superior na Contratação Pública; e
- Paula Veríssimo Santos, Assistente Técnica.

2 – O júri inicia as suas funções no dia útil subsequente à data do envio para publicação do anúncio do concurso em Diário da República e exercerá as suas funções de acordo e conforme o estabelecido no artigo 68.º do CCP.

3 – As deliberações do júri do concurso de conceção sobre a ordenação dos trabalhos de conceção apresentados ou sobre a exclusão dos mesmos por inobservância da descrição a que se refere o artigo 2.º têm caráter vinculativo para a entidade adjudicante, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes.

Artigo 5.º - Habilitações profissionais específicas de que os concorrentes devem ser titulares

1 - Podem apresentar propostas para os *trabalhos de conceção*, equipas de projeto, que incluam os técnicos necessários à sua correta e integral elaboração, podendo apenas integrar, como autores de projeto, arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos, executando tarefas na área das suas qualificações e especializações, nos termos indicados na lei 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

2 - O projeto de execução para a requalificação urbana intitulado “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade” deverá ser elaborado, por uma equipa de projeto, que integre arquitetos, engenheiros, engenheiros técnicos e, sempre que necessário, arquitetos paisagistas, com qualificação adequada à natureza do projeto em causa, sem prejuízo de outros técnicos a quem seja reconhecida, por lei especial, habilitação para elaborar projetos.

Artigo 6.º – Indicação geral dos prazos para a elaboração do projeto e para a execução da obra

1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do projeto, com todos os elementos referidos no Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e prazos:

- a) Fase 1 (Revisão de Estudo Prévio), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de celebração do contrato;
- b) Fase 2 (Anteprojecto/Licenciamento), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de aprovação do Estudo Prévio;
- c) Fase 3 (Projeto de Execução), no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de comunicação da aprovação do Anteprojecto/Licenciamento;
- d) Fase 4 (Assistência Técnica) - desde a fase do procedimento de formação do contrato, até à adjudicação da obra e durante a sua execução, de acordo com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas.

2 – A estimativa para a execução da obra é de 550 dias.

Artigo 7.º – Documentos que devem materializar a proposta

1 - **IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE** – Para garantir o total anonimato, os concorrentes devem submeter na plataforma *acingov* como documento “*classificado*”, **sob pena de exclusão**, o Documento

Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), em conformidade com o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, cujo documento é gerado através de uma ferramenta desenvolvida pela Comissão Europeia e disponibilizada pelo IMPIC, I.P., a título gratuito, no Portal BASE (<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>). Este documento deve ser, obrigatoriamente, acompanhado com o documento que identifica o concorrente, seus contactos, bem como equipa de projeto para efeitos de contrato de prestação de serviços na sequência de *ajuste direto* adotado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP em respeito pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho à qual se vincula com: (i) identificação do coordenador do projeto; e (ii) coordenador de segurança para a fase de projeto e dos projetistas de cada uma das especialidades, de acordo com o “MODELO 1” em anexo, apresentando correspondente declaração conforme *Anexo IV* a preencher pelos titulares de dados identificados. Quando a identificação do concorrente seja assinada pelo representante legal de pessoa coletiva, ou por representante do concorrente, a identificação deve vir acompanhado do documento que demonstre os poderes do signatário ou de cópia desse documento. Todos estes documentos obrigatoriamente sinalizados como *classificados* apenas serão conhecidos após divulgação do relatório de seleção dos trabalhos pelo júri.

2 - DOSSIER DE APRESENTAÇÃO - Os concorrentes devem apresentar em dossier de formato A4, organizado por processo que impeça a separação de folhas, as seguintes peças escritas:

- a) **Memória Descritiva e Justificativa**, com o número máximo de 20 páginas em formato A4, incluindo anexos, que descreva e justifique a conceção preconizada, organizada obrigatoriamente com os seguintes elementos:
 - i. **Capítulo *Integração e Relação com a Envolvente*** – adequação da proposta face à envolvente urbana e referências históricas existentes.
 - ii. **Capítulo *Exequibilidade Técnica*** – a solução deve ter em conta os seguintes indicadores:
 - a. adequabilidade da solução face aos diversos condicionamentos existentes ou previsíveis;
 - b. critérios gerais de dimensionamento dos diferentes espaços e equipamentos;
 - c. faseamento e programação da intervenção em conformidade com o estabelecido no Programa Preliminar, anexo ao caderno de encargos; e
 - d. explicitação da racionalidade das soluções técnicas e construtivas adotadas, nomeadamente face às exigências funcionais de segurança, habitabilidade e durabilidade.
 - iii. **Capítulo *Sustentabilidade*** – a solução deve conter exigências ambientais, energéticas e de conforto urbano tendo em conta os materiais/equipamentos propostos;

-
- iv. **Capítulo Adequabilidade ao Programa Funcional** - descrição da metodologia e estratégia a aplicar na definição das várias soluções preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração do trabalho de conceção e o sistema de acessos e circulações, dos espaços exteriores e interiores em função do programa funcional definido;
 - v. **Capítulo Inovação** – apresentação de proposta inovadora e diferenciadora para a cidade de Alcobça que deverá ter em consideração a sua história, indicando os critérios gerais da conceção;
 - vi. **Capítulo Identidade Arquitetónica** - equilíbrio apresentado ao nível do conceito proposto, tendo em conta os equipamentos, acessibilidades e funcionalidade;

Observação: Os capítulos solicitados de i) a vi) devem conter informação para avaliação do critério de seleção indicado no artigo 12.º:

b) **Quadro Resumo de Áreas** dos diversos espaços e equipamentos previstos;

c) **Estimativa do Custo Total da Intervenção**, com indicação dos valores parcelares relativos às várias áreas e componentes programáticas que a integram.

3 – **PAINÉIS** (peças gráficas/desenhadas) - A solução arquitetónica proposta deve ser concretizada em peças gráficas elaboradas nas escalas abaixo indicadas, contendo os respetivos títulos, apresentadas sobre um máximo de 4 (quatro) painéis em formato DIN A1, com orientação opcional, horizontal ou vertical, podendo ser agrupados com numeração sequencial (de 1-4 a 4-4) no canto superior direito de cada painel, em material leve e autoportante, com uma espessura máxima de um centímetro. As **peças gráficas/desenhadas** deverão **contemplar, no mínimo**, a apresentação dos seguintes elementos:

- a) **Planta geral de enquadramento**, à escala 1/2000, com definição das afetações de espaço a cada utilização programática e do relacionamento entre elas;
- b) **Esquema de faseamento da intervenção**, acessibilidades, circulações e estacionamento;
- c) **Perfis gerais e parcelares que permitam a leitura integrada** da solução proposta, à escala 1/1000 e/ou 1/500; e
- d) **Imagens tridimensionais**.

4 - Não é permitida aos concorrentes a apresentação de maquetas da solução proposta, embora se admita a inclusão, nos painéis, de fotografias da mesma.

5 - Além das peças gráficas previstas no n.º 3, os concorrentes podem inserir nos painéis, ao seu critério, elementos tidos por relevantes, tais como organogramas, soluções construtivas demonstradas em corte, detalhes, esquemas ou imagens, adotando os pontos de vista considerados mais favoráveis à representação, em três dimensões, das ideias que pretenda salientar, ou quaisquer elementos que descrevam ou justifiquem a conceção da solução proposta face às condições estabelecidas no Programa Preliminar constante do Anexo ao caderno de encargos.

6 - Os painéis devem ser utilizados numa só face, devendo constar, além da legenda própria dos elementos gráficos e desenhados, **exclusivamente a identificação do presente procedimento.**

7 - É condição essencial que os concorrentes assegurem, em todos os suportes, peças e conteúdos apresentados, **o absoluto anonimato referente à(s) respetiva(s) autoria(s).**

8 - Todos os elementos apresentados pelos concorrentes em suportes ou condições que contrariem o estipulado neste documento, não serão considerados pelo júri para efeitos de avaliação dos trabalhos de conceção.

9 - A **violação** de qualquer das normas antecedentes é **causa de exclusão do trabalho de conceção.**

Artigo 8.º – Modo de apresentação dos documentos que devem materializar os trabalhos de conceção

1 - Os documentos solicitados no n.º 1 (*Identificação do concorrente*) do artigo anterior devem ser obrigatoriamente submetidos na plataforma *acingov* como documento “*classificado*”, **sob pena de exclusão.**

2 - Os documentos que materializam os trabalhos de conceção, com exceção dos referidos no n.º 1 do artigo anterior devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado **o total e absoluto anonimato dos concorrentes**, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

3 - Os documentos que materializam os trabalhos de conceção previstos no n.º 2 (*Memória Descritiva*) do artigo anterior devem ser submetidos através da plataforma eletrónica, que dada a natureza do procedimento garantirá o anonimato, quer para o Município de Alcobça, quer para demais concorrentes, até o júri do procedimento proceder à apreciação e notificação do relatório de apreciação dos trabalhos de conceção, assinado por todos os seus membros com a ordenação dos trabalhos admitidos, de acordo com o critério de seleção fixado e indicação da eventual exclusão dos trabalhos de conceção apresentados em violação de quaisquer regras relativas à apresentação dos trabalhos.

4 - Os documentos que materializam os trabalhos de conceção previstos no n.º 3 (Painéis) do artigo anterior devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**Trabalho**» e a designação do presente procedimento “**014/DCP/2023 - Concurso Conceção - Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade**”.

5 - Excecionalmente, no caso de, em virtude da dimensão das peças ou dos painéis apresentados, o concorrente necessitar de encerrar os documentos previstos no artigo anterior em mais do que um invólucro, cada um dos invólucros deve respeitar o disposto no presente artigo e ser apresentado com uma referência sequencial, sendo que todos estes invólucros devem, por sua vez, ser encerrados no «**Invólucro Exterior**» referido no número anterior.

6 – A responsabilidade pelo total e absoluto anonimato em todos os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção, bem como em todos os invólucros referidos neste artigo, é dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

7 – Quando a entrega seja feita diretamente, ao apresentante (**que não deve ser o concorrente e não pode indicar qualquer indício sobre a sua identidade**), é fornecido um recibo comprovativo da entrega, que não mencionará o nome do apresentante, devendo apenas ser datado e com hora de entrega, sem qualquer identificação.

8 - Se o invólucro for enviado por serviço postal, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verificarem, não podendo por isso considerar-se tempestivamente apresentados os documentos que deem entrada depois da data e hora limites referidas no número 1, ainda que o invólucro que os contenha tenha sido expedido anteriormente.

Artigo 9.º – Direitos de autor e transferência de propriedade

1 - O conteúdo patrimonial dos direitos autorais sobre todos os documentos que materializam o *trabalho de conceção* sobre o qual recaia a decisão de seleção, considera-se transmitido para o Município de Alcobça.

2 - A propriedade sobre todos os documentos entregues pelos participantes cujos trabalhos de conceção tenham recebido prémio é transferida para o Município de Alcobça.

Artigo 10.º – Prazo e local para a apresentação dos documentos que devem materializar os trabalhos de conceção

1 – Os documentos que integram as propostas dos concorrentes podem ser submetidos / entregues até às **17.00 horas do 75.º dia**, a contar da data de **envio do anúncio para publicação no Diário da República (II Série)**.

2 - Os documentos que integram as propostas a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º devem ser submetidos através da plataforma eletrónica acingov como documento “*classificado*”, **sob pena de exclusão**.

3 - Os documentos que integram as propostas a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º devem ser entregues diretamente ou enviados, sem indicação do remetente (ou com indicação de remetente, desde que não forneça qualquer indício sobre a identidade do concorrente), por correio registado, devendo a receção ocorrer, em qualquer dos casos, até às **17.00 horas do 75.º dia**, a contar da data de **envio do anúncio para publicação no Diário da República (II Série)**, nas instalações do Município de Alcobça, sita no Edifício Parque de Negócios, Rua de Leiria n.º 7, 2460-059 Alcobça, ao cuidado da Divisão de Contratação Pública.

Artigo 11.º – Visitas ao local

Aconselham-se visitas ao local objeto do trabalho de conceção, sendo um local de livre acesso e público, não há necessidade de prévia marcação.

Artigo 12.º – Critério de seleção

1 - A seleção dos *Trabalhos de Conceção* é realizada de acordo com os seguintes fatores de avaliação e respetivas ponderações:

- Integração e relação com a envolvente (IRE) – 40% P (IRE);
- Exequibilidade técnica (ET) e sustentabilidade (S) – 30% (P(ETS));
- Adequabilidade ao programa funcional (APF)– 20% (P(APF)); e
- Inovação (I) e identidade arquitetónica (IA)– 10% (P(IA)).

P (IRE) = Pontuação relativa ao fator “*Integração e Relação com a Envolvente (IRE)*” será avaliado de acordo com a adequação da proposta face à envolvente urbana e referências históricas existentes e será avaliada de acordo com a tabela seguinte:

A avaliação do projeto em termos de trabalhos de conceção relativamente ao fator <i>Integração e Relação com a Envolvente (IRE)</i> :	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de <i>Integração e Relação com a Envolvente (IRE)</i>	5,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Integração e Relação com a Envolvente (IRE)</i>	3,00
O projeto é considerado esteticamente suficiente em termos de <i>Integração e Relação com a Envolvente (IRE)</i>	1,00
A proposta em que o projeto em termos de <i>Integração e Relação com a Envolvente (IRE)</i> não seja considerado adequado terá pontuação de zero neste fator.	

P (ETS) = Pontuação relativa ao fator “*Exequibilidade Técnica (ET) e Sustentabilidade (S)*” de acordo com a seguinte formula:

$$P(ETS) = 0.50 ET + 0.50 S$$

Em que:

- “ET” avaliação dos trabalhos de conceção em termos de *Exequibilidade Técnica*; e
- “S” avaliação dos trabalhos de conceção em termos de *Sustentabilidade*.

A avaliação do fator “ET” (*Exequibilidade Técnica*), será avaliado de acordo de acordo com os indicadores e tabela seguintes:

- (i) a adequabilidade da solução face aos diversos condicionamentos existentes ou previsíveis;
- (ii) critérios gerais de dimensionamento dos diferentes espaços e equipamentos;

- (iii) faseamento e programação da intervenção em conformidade com o estabelecido no Programa Preliminar, anexo ao caderno de encargos;
- (iv) explicitação da racionalidade das soluções técnicas e construtivas adotadas, nomeadamente face às exigências funcionais de segurança, habitabilidade e durabilidade.

A avaliação do projeto em termos de trabalhos de conceção relativamente ao fator <i>Exequibilidade Técnica</i> :	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de <i>Exequibilidade Técnica</i>	5,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Exequibilidade Técnica</i>	3,00
O projeto é considerado esteticamente suficiente em termos de <i>Exequibilidade Técnica</i>	1,00
A proposta em que o projeto em termos de <i>Exequibilidade Técnica</i> não seja considerado adequado terá pontuação de zero neste subfator.	

A avaliação do fator “S” (*Sustentabilidade*) será avaliada de acordo com as exigências ambientais, energéticas e de conforto urbano tendo em conta os materiais/equipamentos propostos de acordo com a seguinte tabela:

A avaliação do projeto relativamente ao fator <i>Sustentabilidade</i>	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de equilíbrio para <i>Sustentabilidade</i> ”	5,00
O projeto é considerado bom em termos de equilíbrio para <i>Sustentabilidade</i> ”	3,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Sustentabilidade</i> ”	1,00
Todas as propostas em que o projeto não apresente exigências ambientais, energéticas e de conforto urbano terá a pontuação de zero neste subfator.	

P (APF) = Pontuação relativa ao fator “*Adequabilidade ao Programa Funcional (APF)*” será avaliado de acordo com a descrição da metodologia e estratégia a aplicar na definição das várias soluções técnicas preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração do trabalho de conceção e o sistema de acessos e circulações, dos espaços exteriores e interiores, avaliado de acordo com a tabela seguinte:

A avaliação do projeto em termos de trabalhos de conceção relativamente ao fator <i>Adequabilidade ao Programa Funcional (APF)</i> :	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de <i>Adequabilidade ao Programa Funcional</i>	5,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Adequabilidade ao Programa Funcional</i>	3,00
O projeto é considerado esteticamente suficiente em termos de <i>Adequabilidade ao Programa Funcional</i>	1,00
A proposta em que o projeto em termos de <i>Adequabilidade ao Programa Funcional</i> não seja considerado adequado terá pontuação de zero neste fator.	

P (IA) = Pontuação relativa ao fator “*Inovação (I) e Identidade Arquitetónica (IA)*” de acordo com a seguinte formula:

$$P(IA) = 0.50 I + 0.50 IA$$

Em que:

- “I” avaliação dos trabalhos de conceção em termos de *Inovação*; e
- “IA” avaliação dos trabalhos de conceção em termos de *Identidade Arquitetónica*.

A avaliação do fator “I” (*Inovação*), será avaliado de acordo com proposta inovadora e diferenciadora para a cidade de Alcobça que deverá ter em consideração a sua história e será avaliada de acordo com a tabela seguinte:

A avaliação do projeto em termos de trabalhos de conceção relativamente ao fator <i>Inovação</i> :	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de <i>Inovação</i>	5,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Inovação</i>	3,00
O projeto é considerado esteticamente suficiente em termos de <i>Inovação</i>	1,00
A proposta em que o projeto em termos de <i>Inovação</i> não seja considerado adequado terá pontuação de zero neste subfator.	

A avaliação do fator “IA” (*Identidade Arquitetónica*) será avaliado o equilíbrio apresentado ao nível do conceito proposto com os equipamentos, acessibilidades e funcionalidade de acordo com a seguinte tabela:

A avaliação do projeto relativamente ao fator <i>Identidade Arquitetónica</i>	Pontuação atribuída
O projeto é considerado muito bom em termos de equilíbrio para <i>Identidade Arquitetónica</i>	5,00
O projeto é considerado bom em termos de equilíbrio para <i>Identidade Arquitetónica</i>	3,00
O projeto é considerado bom em termos de <i>Identidade Arquitetónica</i>	1,00
Todas as propostas em que o projeto não apresente equilíbrio apresentado ao nível do conceito proposto com os equipamentos, acessibilidades e funcionalidade terá pontuação de zero neste subfator.	

2 – Em caso de empate, seleciona-se a proposta que tenha maior pontuação no fator com maior ponderação, e caso se mantenha o empate mantém-se o raciocínio com os fatores subsequentes.

Artigo 13.º – Exposição pública dos trabalhos de conceção

1 - Após o encerramento do concurso, a Entidade Adjudicante promoverá uma exposição pública dos trabalhos admitidos.

2 - Os painéis a exibir na exposição, serão os mesmos que tiverem sido entregues com os trabalhos pelo que, posteriormente ao encerramento do concurso, não é permitido introduzir-lhes alterações que não sejam as decorrentes da necessidade de reparação de qualquer dano, entretanto, ocorrido com o seu manuseamento.

3 - O disposto no número anterior não obsta à inclusão, na exposição referida no n.º 1, de elementos não apresentados pelos concorrentes, que considere pertinentes para a compreensão do projeto.

4 - O local, data e hora de abertura da exposição serão anunciados nos meios de comunicação social e transmitidos a todos os concorrentes e membros do Júri.

Artigo 14.º – Montante global dos prémios de participação a atribuir aos concorrentes cujos trabalhos de conceção não sejam excluídos

1 - O montante global dos prémios é de: €17.500,00 (dezassete mil e quinhentos euros).

2 - Aos concorrentes selecionados cujos trabalhos ficarem classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugares, serão atribuídos, respetivamente, os seguintes prémios:

1º Prémio: € 10.000,00+IVA¹ (dez mil euros, ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado);

2º Prémio: € 5.000,00 (cinco mil euros);

3º Prémio: € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros).

3 - Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas menções honrosas de natureza não pecuniária.

4 - Os prémios previstos no n.º 2 são pagos pela Entidade Adjudicante, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de seleção do Trabalho de Conceção, após entrega de recibo ou fatura e mediante apresentação de certidão pelo premiado de que evidencie que a sua situação está regularizada perante a Segurança Social e as Finanças.

5 - O valor equivalente ao prémio auferido pelo concorrente ao qual seja adjudicada, por *ajuste direto*, a prestação dos serviços objeto do presente concurso de conceção, será deduzido à primeira prestação de honorários devida, no procedimento de ajuste direto para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade*”.

6 - Os trabalhos de conceção não premiados nos termos dos números anteriores ficam à disposição dos respetivos autores nas instalações da entidade adjudicante, cessando a responsabilidade da Entidade Adjudicante pelo seu depósito no prazo de 60 (sessenta) dias após a data de encerramento da exposição.

¹ Ao primeiro prémio acresce IVA, dado tratar-se de uma parcela a deduzir à primeira prestação de honorários devida, no procedimento de ajuste direto para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade*”

Artigo 15.º – Número de trabalhos de conceção a selecionar

Serão selecionados os 3 primeiros trabalhos ordenados de acordo com o critério de seleção.

Artigo 16.º – Ajuste direto para adquirir planos, projetos ou quaisquer criações conceptuais

A entidade adjudicante tenciona celebrar por ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, a aquisição de planos, projetos ou quaisquer criações conceptuais que consistam na concretização ou no desenvolvimento do(s) trabalho(s) de conceção selecionados neste concurso.

Artigo 17.º – Esclarecimentos – Regras específicas

1 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados. O anonimato deve ser salvaguardado.

2 - Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5 - O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

6 - Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

7 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

8 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9 - O júri pode fazer pedidos de esclarecimento aos concorrentes sobre os seus trabalhos destinadas a aferir o cumprimento dos termos de referência, a adequação ou exequibilidade das soluções propostas.

10 – **Caso os concorrentes não salvaguardem o anonimato nas fases de esclarecimentos, serão excluídos.**

Modelo 1 – Submeter como “documento classificado”**EQUIPA DE PROJETO****MODELO 1**

Documento a submeter na plataforma como “documento classificado” sob pena de exclusão

Projeto de requalificação urbana intitulado**“Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”**

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 7.º destes Termos de Referência, identificam-se no quadro abaixo os elementos da equipa de projeto para o presente procedimento:

A – Coordenador de Projeto

Nome	N.º de inscrição / Associação Profissional

B – Projetistas

Nome	Especialidade	N.º de inscrição / Associação Profissional

C – Coordenador de Segurança em Projeto

Nome	N.º de inscrição / Associação Profissional

Data: ____ / ____ / 202__

Anexo IV – Submeter como “documento classificado”

MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DE DADOS

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, eu, _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado/a que o Município de Alcobça irá tratar os dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 – Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento do Município de Alcobça com referência 014/DCP/2023, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, serão objeto do contrato a celebrar.

3 – Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 – Fui ainda informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura

(O titular de dados)

Anexo - Caderno de Encargos

Projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade*”

(alínea g), n.º 1, artigo 27.º, CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

014-DCP-2023

CONCURSO CONCEÇÃO

DO MOSTEIRO AO CASTELO | ACESSIBILIDADE E NOVA MOBILIDADE

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a - Prazo de execução	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	5
Cláusula 4. ^a - Fatura Eletrónica.....	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 6. ^a - Forma de prestação do serviço	6
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados</i>	6
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 8. ^a - Proteção de dados	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCÓBAÇA	7
Cláusula 9. ^a - Preço contratual.....	7
Cláusula 10. ^a - Preço base.....	7
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento.....	7
CAPÍTULO III – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO.....	8
Cláusula 12. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	8
Cláusula 13. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	8
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DO CONTRATO	9
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do Município de Alcobaça	9
Cláusula 15. ^a – Resolução por parte do adjudicatário.....	10
CAPÍTULO V - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....	10
Cláusula 16. ^a - Garantia de cumprimento contratual	10
Cláusula 17. ^a – Seguros	10
CAPÍTULO VI – GESTÃO DO CONTRATO	10
Cláusula 18. ^a – Supervisão e controlo	11
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 19. ^a - Comunicações e notificações	11
Cláusula 20. ^a Contagem dos prazos	11
Cláusula 21. ^a - Legislação aplicável	12
ANEXO A - CLÁUSULAS ESPECIAIS	13
Cláusula 1. ^a – Serviço a prestar	13
Cláusula 2. ^a – Contrato	13
Cláusula 3. ^a – Fases do Projeto.....	13
Cláusula 4. ^a – Especialidades do projeto	14
Cláusula 5. ^a – Estudo Geotécnico	17
Cláusula 6. ^a – PSS e PPGRCD	18
Cláusula 7. ^a – Prazos de execução	18
Cláusula 8. ^a – Modo de apresentação	18
Cláusula 9. ^a – Retificação dos trabalhos.....	19
Cláusula 10. ^a – Propriedade do projeto.....	19
Cláusula 11. ^a – Acompanhamento.....	19
Cláusula 12. ^a – Elementos disponibilizados	20

ANEXO B - PROGRAMA PRELIMINAR.....	21
Artigo 1.º – Objetivos da obra	22
Artigo 2.º – Características gerais da obra	23
Artigo 3.º – Dados sobre a localização do empreendimento	24
Artigo 4.º – Elementos topográficos, cartográficos e geotécnicos, levantamento das construções existentes e das redes de infraestruturas locais, coberto vegetal, características ambientais e outros eventualmente disponíveis, a escalas convenientes;	25
Artigo 5.º – Dados básicos relativos às exigências de comportamento, funcionamento, exploração e conservação da obra, tendo em atenção as disposições regulamentares	25
Artigo 6.º - Informação sobre a necessidade de obtenção de elementos topográficos, geológicos, hidrológicos, climáticos ou outros elementos ligados aos requisitos ambientais	26
Artigo 7.º - Estimativa de custo e respetivo limite dos desvios e, eventualmente, indicações relativas ao financiamento do empreendimento	26
Artigo 8.º – Indicação geral dos prazos para a elaboração do projeto e para a execução da obra	27
OUTROS ANEXOS	28
Elementos topográficos, cartográficos e geotécnicos, levantamento das construções existentes e das redes de infraestruturas locais, coberto vegetal, características ambientais e outros eventualmente disponíveis, a escalas convenientes	28

CADERNO DE ENCARGOS

014-DCP-2023

CONCURSO CONCEÇÃO

DO MOSTEIRO AO CASTELO | ACESSIBILIDADE E NOVA MOBILIDADE

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente procedimento é para adjudicar a aquisição de trabalhos de conceção para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo / Acessibilidade e Nova Mobilidade*”, selecionado no âmbito do concurso de conceção promovido pelo procedimento 014-DCP-2022.

Cláusula 2.^a – Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos (CE) identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
 - c) O presente CE;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — O contrato contém sob pena de nulidade, a identificação completa do coordenador de projeto e dos autores de projeto, a especificação das funções que assumem e dos projetos que elaboram.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a – Prazo de execução

- 1 - O prazo máximo para a elaboração do projeto é de 180 dias a contar da data de adjudicação.
- 2 – O prazo a que se refere o ponto anterior não inclui o período de assistência técnica que não é uma fase de projeto, mas constitui um direito e uma obrigação do coordenador e dos autores de projeto, conforme previsto no artigo 12.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

Capítulo II - Obrigações contratuais**Secção I -Obrigações do adjudicatário****Subsecção I - Disposições gerais****Cláusula 4^a – Fatura Eletrónica**

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

Cláusula 5.^a - Obrigações principais do adjudicatário

- 1 — Obrigações previstas na legislação aplicável e no presente CE, nomeadamente:
- a) Obrigação de entrega do projeto de execução em respeito pelo CCP, Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, e Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto;
 - b) Obrigação de se pronunciar sobre a eventual lista de erros e omissões a apresentar pelos interessados da respetiva empreitada em respeito pelo disposto no artigo 50.º do CCP;
 - c) Indemnizar a Câmara Municipal de Alcobça por trabalhos complementares, quando aplicável, nos termos do artigo 378.º do CCP.
- 2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a - Forma de prestação do serviço

Para preparação da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a efetuar uma reunião prévia de coordenação com os representantes do Município de Alcobça.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 7.^a - Objeto do dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao *Município de Alcobça*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “*o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados*”, e “*o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se

relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 9.^a - Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 10.^a – Preço base

1 - O preço base para o contrato definido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do CCP é de €200.000,00+IVA.

2 - O valor do prémio de 10.000,00+IVA auferido pelo concorrente classificado em 1.º lugar no Concurso Conceção “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”, é deduzido à primeira prestação de honorários devida, no procedimento de ajuste direto para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”.

Cláusula 11.^a - Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Alcobça nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso e processo.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III – Modificação do contrato

Cláusula 12.ª – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Cláusula 13.ª – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré - contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré - contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo IV – Resolução do contrato

Cláusula 14.^a – Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o *Município de Alcobça* pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
- b) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário;
- c) Incorreta execução dos trabalhos.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo *Município de Alcobça*.

3 — Nos termos do artigo 334.º do CCP pode proceder-se à resolução total ou parcial do contrato por razões de interesse público, em virtude de alterações na organização e/ou reestruturação dos serviços municipais, e consequentemente o tipo de serviço contratado deixar de ser necessário.

4 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação ao adjudicatário com 60 dias corridos de antecedência.

Cláusula 15.^a – Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao *Município de Alcobça*, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo V - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 16.^a - Garantia de cumprimento contratual

O Município procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 17.^a – Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo VI – Gestão do contrato

Cláusula 18.^a – Supervisão e controlo

1 — O Município de Alcobça designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, Elisabete do Carmo Mendes Rodrigues e nas suas ausências e impedimentos José António Nascimento Chaves Peça Francisco, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VII - Disposições finais**Cláusula 19.^a - Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no CCP, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 – Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 – As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A - Cláusulas Especiais

Cláusula 1.^a – Serviço a prestar

1 - Pretende-se a aquisição de trabalhos de conceção para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo - Acessibilidade e Nova Mobilidade*”, de acordo com o estabelecido no presente CE.

2 - Na elaboração do Projeto de Execução serão respeitados os regulamentos e as normas nacionais e comunitários em vigor, devendo o projeto ser desenvolvido com o detalhe exigido para um projeto de execução conforme definido na legislação vigente.

Cláusula 2.^a – Contrato

1 – A obra a realizar no âmbito de projetos de *espaços exteriores*, é classificada como obra de categoria III da classificação XIII, de acordo com o disposto no anexo II, da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto.

2 – A qualificação dos técnicos que integrem a equipa de projeto deve obedecer aos requisitos mínimos exigidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

3 – A proposta deverá incluir, em documento próprio, a identificação completa do coordenador e dos autores de projeto, a especificação das funções que assumem e dos projetos que elaboram.

4 – Até à publicação da Portaria referida no n.º 3 do artigo 24.º, da Lei n.º 31/2009, de 1 de junho, na sua atual redação, apenas será exigido o seguro de responsabilidade civil de valor até três vezes superior ao valor da adjudicação.

5 - A entidade adjudicante exercerá obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizada por parte do cocontratante, no caso de erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas pelo mesmo, sendo essa a responsabilidade limitada ao triplo dos honorários a que tenham direito ao abrigo deste contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou de negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.

Cláusula 3.^a – Fases do Projeto

Para o presente procedimento, face à definição de ideias do Programa Preliminar, as fases do projeto serão:

- a) – **Estudo prévio;**
- b) – **Anteprojecto;**

- c) - **Projeto de Execução;**
- d) - **Assistência Técnica.**

Cláusula 4.^a – Especialidades do projeto

1 – No âmbito do projeto de requalificação urbana intitulado “*Do Mosteiro ao Castelo - Acessibilidade e Nova Mobilidade*” estão incluídos, os seguintes projetos e as respetivas especialidades, entre outros que estando aqui omissos sejam indispensáveis à execução do trabalho de conceção apresentado:

- a) Projeto de arquitetura e coordenação geral do projeto;
- b) Fundações e estruturas;
- c) Demolições, escavações e contenção periférica;
- d) Estudo geotécnico;
- e) Projeto de mobiliário fixo e plano de sinalética informativa;
- f) Projeto de arquitetura paisagista;
- g) Plano de acessibilidades;
- h) Projeto de instalação, equipamentos e rede elétrica;
- i) Projeto de instalação, equipamentos e sistemas de telecomunicações;
- j) Sistema de drenagem de águas residuais e pluviais;
- k) Redes de abastecimento de água;
- l) Projeto de rede viária e sinalização; e
- m) Projeto de segurança contra risco de incêndio.

2 - Está ainda incluída a coordenação de especialidades, pelo que deverá ser garantida a entrega no mínimo dos seguintes elementos em fase de projeto de execução:

- a) Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto (PSSFP);
- b) Coordenação de Segurança e Saúde em fase de projeto;
- c) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD);
- d) Plano de Sinalização de carácter temporário, desvios de tráfego na fase de obra e ocupação temporária de via pública;
- e) Cadernos de encargos e condições técnicas especiais para elaboração do procedimento de empreitada;

- f) Medições, mapa de quantidades de trabalho e respetivo orçamento com grau de desagregação para execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas no projeto de execução; e
- g) Calendarização global dos trabalhos, com respetivo plano, incluindo as várias fases.

3 - São elementos especiais do projeto de execução de acordo com o artigo 173.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, na sua atual redação:

- a) Plano geral da intervenção, sintético e descritivo, tanto da solução programática como da situação construtiva correspondente;
- b) Planta de trabalho com identificação de fases, limites e descrição, que permita uma perceção global de todos os trabalhos envolvidos;
- c) Planta de demolições, remoções, realocações e medidas cautelares;
- d) Modelação geral do terreno, cortes de aterro e de escavação, e planta de aterro e de escavação;
- e) Implantação geral da obra, incluindo implantação planimétrica coordenada e implantação altimétrica;
- f) Planta de pavimentações e remates reportada à pormenorização construtiva;
- g) Pormenorização construtiva relativa a pavimentações e remates;
- h) Planta de muros e outras estruturas construídas, reportada aos elementos da correspondente especialidade;
- i) Plano de drenagem, reportando à pormenorização construtiva correspondente ou à especialidade;
- j) Plano de plantação de árvores, arbustos e fanerófitos escandentes, indicando claramente densidades e compassos de plantação e organização relativa da plantação dos indivíduos, identificados pela nomenclatura científica, quando aplicável;
- k) Plano de rega, indicando traçados da rede elétrica e de comandos de tubagem e seu dimensionamento, localização e definição de órgãos ativos e outros acessórios, reportando à pormenorização construtiva correspondente, quando aplicável;
- l) Planos de sementeira e de plantação de herbáceas vivazes, indicando claramente densidades e compassos de plantação e organização relativa da plantação dos indivíduos (quando aplicável);
- m) Plantas das redes de energia elétrica e de comunicações, ou infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjunto de edifícios, quando aplicável;
- n) Planta ou esquema representativo do sistema de segurança;
- o) Plano de manutenção de zonas verdes, incluindo indicação de áreas homogéneas por trabalho, desbastes, caracterização e calendarização dos tipos de trabalho a executar durante um ciclo vegetativo, quando aplicável;

- p) Planta de localização de mobiliário urbano e equipamento, incluindo a definição de tipos e modelos e reportada à pormenorização construtiva correspondente, devendo a localização ser coordenada com indicação das peças à escala;
- q) Planta de coordenação, referindo a interação entre as várias infraestruturas, entre estas e a vegetação, mobiliário urbano e outros elementos construídos, recorrendo a cortes e perfis de coordenação sempre que necessário;
- r) Memória descritiva e justificativa, incluindo cálculos hidráulicos da rede de rega e outra documentação justificativa;
- s) Medições e mapas de quantidade de trabalhos;
- t) Estimativa orçamental detalhada da obra;
- u) Plantas e cortes, em escala adequada, onde se indiquem os locais principais de intervenção em termos de condicionamento acústico;
- v) Memórias descritivas e justificativas, integrando análise prospetiva de desempenhos, das intervenções de condicionamento acústico, descrevendo e justificando as soluções projetadas, tendo em atenção o anteprojeto aprovado e as disposições legais em vigor;
- w) As condições técnicas, gerais e especiais, referentes às intervenções de condicionamento acústico, especificando as condições de execução e ou montagem e as características técnicas dos materiais e equipamentos;
- x) Pormenorização das intervenções mais sensíveis, no sentido de facilitar a compreensão de descrições escritas.

4 - Esta descrição não invalida a apresentação dos elementos identificados nos artigos 170.º a 172.º, da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, que venham a ser necessários ao presente procedimento.

5 – A assistência técnica será prestada de acordo com o estipulado no artigo 9.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

6 – Para efeitos de lançamento do concurso de empreitada deverão ser entregues, de acordo com a cláusula 7.ª, os processos com a seguinte estrutura:

A – Peças escritas:

- 1 – Índice global
- 2 – Termo de responsabilidade pela coordenação do projeto;
- 3 – Mapa de quantidades global;

- 4 – Termo de responsabilidade pela execução do projeto (por cada especialidade);
- 5 – Memória descritiva e justificativa (por cada especialidade);
- 6 – Cálculos e dimensionamento (por cada especialidade);
- 7 – Cláusulas Técnicas Gerais e Especiais (por cada especialidade);
- 8 – Medições detalhadas (por cada especialidade);
- 9 – Estimativa orçamental (por cada especialidade).

Nota: Os termos de responsabilidade serão acompanhados com declaração emitida pela associação profissional que habilita o subscritor, de acordo com requisitos mínimos exigidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.

B – Peças desenhadas por cada especialidade:

As peças desenhadas serão aquelas que sejam necessárias à compreensão do projeto e que permitam a execução da obra com rigor, plantas, alçados, cortes, pormenores, etc., nos termos da lei.

Cláusula 5.^a – Estudo Geotécnico

1 - O estudo geotécnico deve incluir a elaboração de um relatório que se destina a avaliar a capacidade de carga do terreno e o tipo de fundação adequada, com vista à construção dos apoios das pontes ou passadiços a prever ao longo do caminho, tendo em conta as seguintes considerações:

- a) Detetar o nível freático existente no local, ou qualquer outro condicionamento; e
- b) As sondagens a efetuar no terreno deverão ser em número suficiente para o caracterizar, assumindo-se como mínimo a execução de pelo menos 5 sondagens.

2 - O estudo geotécnico deve integrar as seguintes tarefas:

- a) Montagem e desmontagem de estaleiro, instalação e deslocação de pessoal e equipamento;
- b) Instalação de sonda por local de sondagem;
- c) Furação de terreno;
- d) Ensaio de penetração;
- e) Colocação de piezómetro; e
- f) Relatório final.

3 - O relatório deverá incluir os perfis geológico/geotécnicos das sondagens cotados em consonância com as cotas do levantamento topográfico. No terreno deverão ser colocadas marcas identificadoras dos locais de sondagem.

Cláusula 6.^a – PSS e PPGRCD

Estão incluídos no presente procedimento a elaboração do PSS e PPGRCD da fase de projeto, acompanhados pelas respetivas declarações do cumprimento das disposições legais e regulamentares. O PSS será subscrito pelo Coordenador de Segurança e Saúde em fase de projeto.

Cláusula 7.^a – Prazos de execução

1 - O prazo máximo para a elaboração do projeto é de 180 dias.

2 - O prazo suspende:

- a) Entre a entrega e aprovação das fases; e
- b) Quando não forem dadas resposta às questões, devidamente fundamentadas pelos projetistas, no prazo de três dias.

3 - A contagem do prazo é feita em dias seguidos.

Cláusula 8.^a – Modo de apresentação

1 - No final o adjudicatário entregará um exemplar em suporte de papel e dois em suporte digital, um dos quais em formatos editáveis, compatíveis com o software utilizado pela entidade adjudicante, para apreciação e aprovação.

2 – Acrescem os exemplares necessários para envio às entidades promotoras e para aquelas cujas análises ou parecer seja obrigatório.

3 - No prazo de cinco dias após a comunicação da aprovação do projeto de execução, o adjudicatário deverá entregar à entidade adjudicante **um exemplar** original das peças escritas (folhas de papel formato A4 ou A3 quando o justifique) e das peças desenhadas (reproduzidas em papel formato normalizado entre A4 e A0), bem como o suporte informático das peças escritas e desenhadas, em CD-ROM ou outro dispositivo de armazenamento de dados, de acordo com o ponto 1.

4 – Findo o procedimento pré contratual da empreitada que vier a ser lançado, o projetista deverá entregar à entidade adjudicante **três exemplares**, que incluirão as eventuais alterações introduzidas em sede de esclarecimentos e erros e omissões.

Cláusula 9.^a – Retificação dos trabalhos

1 - Se após a apresentação do projeto a entidade adjudicante concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complemento ou de alterações por motivos imputáveis ao adjudicatário, os documentos serão devolvidos para que sejam sanadas as insuficiências verificadas.

2 - A entidade adjudicante poderá, em face de circunstâncias excecionais, mandar suspender os trabalhos em curso, por não cumprimento por parte do adjudicatário de instruções recebidas que caibam dentro da presente adjudicação e da regulamentação em vigor.

3 - Nestas circunstâncias, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

Cláusula 10.^a – Propriedade do projeto

1 - Após o pagamento total do projeto, a entidade adjudicante **passa a ser a sua proprietária**, e reserva-se o direito de o fazer executar ou não, e utilizar qualquer das suas peças como entender.

2 - O adjudicatário cede à entidade adjudicante a propriedade do projeto contratado.

Cláusula 11.^a – Acompanhamento

1 - O Coordenador de projeto fica obrigado a realizar entre três a cinco reuniões com o representante da entidade adjudicante, durante a fase de projeto;

2 – A assistência técnica deverá prever, no mínimo, 10 deslocações do coordenador ou de representante por ele designado, durante a execução da obra.

a) A assistência técnica terá início com a publicação do anúncio do procedimento em Diário da República.

b) A entidade adjudicante dará início a esta obra no prazo máximo de dois anos, contados a partir da data da aprovação do projeto.

c) O adjudicatário ficará liberto desta obrigação caso as obras não se iniciem neste prazo.

3 - A representação da Câmara Municipal de Alcobça referida neste CE é feita:

- a) Pelo Gestor do Contrato, na fase de elaboração do projeto;
- b) Pelo Júri do procedimento, na fase do concurso da empreitada;
- c) Pelo Diretor de Fiscalização, na fase de execução de obra.

Cláusula 12.^a – Elementos disponibilizados

Para a elaboração dos trabalhos é disponibilizado o **Programa Preliminar**.

ANEXO B - Programa Preliminar

(art.º 2º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto)

Projeto de execução

“Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”

PROGRAMA PRELIMINAR

No cumprimento do disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, visa o presente Programa Preliminar definir os objetivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como dos respetivos custos e prazos de execução a observar; corresponde ao programa preliminar previsto no artigo 43.º do CCP.

Artigo 1.º – Objetivos da obra

A cidade de Alcobaça, mais propriamente o centro histórico, tem visto o seu despovoamento aumentar progressivamente. Contudo, o período pós pandemia denunciou um grande crescimento em termos turísticos, facto que veio motivar uma intervenção no meio urbano que responda às respetivas necessidades.

Tida como um grande veículo de regeneração e promoção da cidade, a reabilitação urbana, constitui-se como um dos principais vetores de atuação na estratégia de desenvolvimento do Município, impulsionadora de uma concretização coerente e eficaz.

A estratégia municipal de reabilitação da cidade, pretende tirar partido do potencial económico do património edificado do aglomerado urbano, assente na qualificação do espaço público, enquanto fator de diferenciação e afirmação territorial, potenciando a construção de um ambiente qualificado, competitivo e sustentável.

Nesse sentido, o **curso público de conceção para elaboração do projeto de requalificação urbana “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”** pretende criar o ponto de partida à promoção da reabilitação urbanística e ambiental do Centro Histórico, melhorando a qualidade de vida urbana e as condições de habitabilidade daquela zona, potenciando uma série de novos fatores que virão influenciar positivamente a vivência das populações, bem como dos visitantes.

Este projeto pretende estabelecer-se como impulsionador de um conjunto de ações e de intervenções complementares, conducentes à requalificação urbana do Centro Histórico, visando promover a recuperação do papel simbólico e estruturante do mesmo no contexto do sistema urbano da Cidade.

Com esta intervenção, e a conseqüente valorização do ambiente urbano, pretende-se melhorar a qualidade de vida e as condições de habitabilidade daquela zona potenciando a melhoria das condições de segurança pública e ainda a atração de nova população.

Pretende-se ainda potenciar o turismo, com a demarcação clara da ligação pedonal do mosteiro ao castelo, eixo primordial da história desta zona, alargando com isso a permanência e desfrute do ambiente urbano da cidade.

Por outro lado, pretende-se ainda a estruturação e hierarquização da rede rodoviária, tendo em conta as especificidades da malha urbana existente. O alargamento e melhoria das condições de funcionamento das áreas de circulação pedonal e a garantia de condições de estacionamento para residentes e visitantes.

Artigo 2.º – Características gerais da obra

1 - Programa funcional - A requalificação consiste nos seguintes objetivos:

- a) Reperfilamento das ruas compostas por vias pedonais e automóveis, procurando calibrar as vias automóveis de forma a melhorar a sua integração, clarificando e valorizando os espaços pedonais e a sua relação com o edificado;
- b) Reformulação dos revestimentos de pavimentos, aumentando o conforto pedonal;
- c) Requalificação da Rua D. Maur Cocheril, como eixo notável de aproximação ao rossio, considerando a colocação de esplanadas;
- d) Valorização das estruturas notáveis existentes através dos seus espaços envolventes, otimizando a sua acessibilidade, como é caso concreto da Igreja da Misericórdia e da zona junto ao Castelo;
- e) Identificação das zonas de alargamento e confluência, dentro da área de intervenção, procurando introduzir características de habitabilidade adequadas à permanência e encontro de pessoas (sombras, equipamento urbano, entre outros);
- f) Revisão das infraestruturas elétricas e telecomunicações, prevendo a sua passagem em vala, valorizando o espaço público e o edificado;
- g) Substituição e/ou reabilitação de redes de drenagem e abastecimento de águas, resolvendo patologias e adequando-as aos novos perfis das vias; e
- h) No processo de requalificação urbana deverá ser equacionada a necessidade de implementação/atualização e melhoramento das redes que infraestruturam estas áreas.

2 – Identidade arquitetónica, integração e relação com a envolvente:

- a) Propor uma linguagem arquitetónica que interligue os dois monumentos (mosteiro e castelo) acentuando o caráter e identidade urbana, com uma visão contemporânea do local, sem descurar a adequação com a intervenção existente na praça 25 de Abril, criando uma linguagem coerente e de harmonização da cidade enquanto conjunto;
- b) Relacionar a utilização do espaço público com o tecido edificado existente e espaços públicos circundantes;

- c) Propor espacialidades e ambientes que respondam a um modo de habitar de hoje, garantindo a melhoria das condições do espaço público e ambiente urbano;
- d) Integrar o traçado das ruas existentes, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público;
- e) Potenciar o sentido urbano, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação franca do espaço público com o espaço privado;
- f) Articular a configuração do espaço público, a definição de acessos e circulação de forma integrada com a envolvente às suas várias cotas;
- g) Desenhar uma integração harmoniosa na paisagem construída e não-construída envolvente;
- h) Otimizar e privilegiar enquadramentos nas várias orientações e vistas possíveis, compatibilizando as particularidades do edificado com a especificidade das ruas.

3 – Adequabilidade ao programa funcional:

- a) Definir uma solução com resposta eficiente ao presente programa preliminar, com clareza e funcionalidade na articulação das várias ruas;
- b) Relacionar a área de intervenção com o tecido urbano existente, nomeadamente com a Praça do Rossio, garantindo uma linguagem para a cidade, vista como um todo;
- c) Garantir a viabilidade e exequibilidade da solução proposta, demonstrando a adaptabilidade da mesma a uma intervenção faseada, com autonomização sem comprometer a coerência global da solução.
- d) Adequar as soluções técnicas à estimativa orçamental proposta para a obra, sem prejuízo da qualidade construtiva em matéria de conforto ambiental e considerando uma paleta de materiais de revestimento compatível com a racionalização de custos inerente a este projeto;
- e) Adequar as soluções construtivas às características específicas de cada rua, nomeadamente a acentuada inclinação denunciada em algumas delas, com materiais que respondam garantindo, a longo prazo, todas as questões de segurança para circulação de peões e veículos;
- f) Privilegiar um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes.

Artigo 3.º – Dados sobre a localização do empreendimento

O concurso incide sobre a requalificação das seguintes ruas (veja-se Anexo I):

- a) Rua Frei Fortunato (parte);

- b) Rua Miguel Bombarda (parte);
- c) Rua Eng.º Duarte Pacheco;
- d) Rua D. Maur Cocheril;
- e) Rua do Castelo;
- f) Rua Frei Estevão (parte);
- g) Rua Almirante Cândido dos Reis;
- h) Avenida Maria Oliveira (parte);
- i) Rua David da Fonseca (parte);
- j) Avenida João de Deus; e
- k) Rua 16 de Outubro (apenas substituição de rede de esgotos pluviais e reposição de pavimento existente).

Artigo 4.º – Elementos topográficos, cartográficos e geotécnicos, levantamento das construções existentes e das redes de infraestruturas locais, coberto vegetal, características ambientais e outros eventualmente disponíveis, a escalas convenientes;

Veja-se documentação em “outros anexos”.

Artigo 5.º – Dados básicos relativos às exigências de comportamento, funcionamento, exploração e conservação da obra, tendo em atenção as disposições regulamentares

1 – PATRIMÓNIO EDIFICADO

O projeto a apresentar abrange áreas de proteção ao património edificado, nomeadamente a zona geral de proteção do Castelo de Alcobaça e a zona especial de proteção conjunta do Mosteiro de Alcobaça da Capela de Nossa Senhora do Desterro, pelo que o projeto para execução da obra é sujeito a parecer prévio vinculativo da Direção Geral do Património Cultural de acordo com a legislação / regulamentos em vigor (e.g. Regulamento do P.D.M. Alcobaça);

2 - SENTIDO VIÁRIO E ESTACIONAMENTO

As características das vias que integram a zona de intervenção do projeto podem prever alteração do respetivo sentido viário, desde que devidamente fundamentado e justificado, como é o caso da Avenida João de Deus, que se sugere poder ser alterada a circulação para apenas um sentido (Norte/Sul) de forma a suportar mais estacionamento para compensar a redução em outras zonas que se julgue necessário e/ou adequado.

3 - A REDE de ABASTECIMENTO DE ÁGUA deverá ser integralmente substituída, dado que a generalidade das tubagens é ainda em Fibrocimento ou em Ferro Fundido já muito degradado, existindo pontualmente troços em PVC também já bastante frágil. A maioria dos ramais domiciliários deverá igualmente ser substituída. As tubagens a reabilitar estão assinaladas nas peças desenhadas em anexo, prevendo-se uma extensão de cerca 4.000m.

4 - A REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS não aparentando uma necessidade de substituição integral, sobretudo nas tubagens, justifica intervenção em algumas caixas de visita que deverão ser reparadas ou mesmo substituídas. As caixas de ramal estão na mesma condição;

5 - A REDE DE ESGOTOS PLUVIAIS tem troços a necessitar de completa substituição, sobretudo no arruamento que ainda estão servidos por “caneiros”. Esta situação é conhecida concretamente na Rua do Castelo e na Rua 16 de Outubro. Apesar da Rua 16 de Outubro não estar considerada neste concurso, será necessária a substituição desta rede, com a reposição e/ou substituição do pavimento existente.

6 - A intervenção nas redes deverá ser baseada em projeto de execução.

7 - As aplicáveis à natureza do projeto. Considerar especial atenção às questões relativas com a manutenção e conservação da obra a longo prazo.

Artigo 6.º - Informação sobre a necessidade de obtenção de elementos topográficos, geológicos, hidrológicos, climáticos ou outros elementos ligados aos requisitos ambientais

1 - Considera-se necessária a obtenção de elementos topográficos, geológicos, hidrológicos, climáticos ou outros elementos ligados aos requisitos ambientais.

2 – Sempre que o projetista considere dispensável algum dos elementos identificado no ponto anterior, deve apresentar a fundamentação legal para o efeito.

Artigo 7.º - Estimativa de custo e respetivo limite dos desvios e, eventualmente, indicações relativas ao financiamento do empreendimento

A estimativa de custo para o presente projeto de execução é:

Projeto: €200.000,00¹+IVA;

Obra: €4.000.000,00+IVA.

Artigo 8.º – Indicação geral dos prazos para a elaboração do projeto e para a execução da obra

1 - O cocontratante obriga-se a concluir a execução do projeto, com todos os elementos referidos neste Caderno de Encargos de acordo com as seguintes fases e prazos:

- a) Fase 1 (Revisão de Estudo Prévio), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de celebração do contrato;
- b) Fase 2 (Anteprojeto/Licenciamento), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de aprovação do Estudo Prévio;
- c) Fase 3 (Projeto de Execução), no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de comunicação da aprovação do Anteprojeto/Licenciamento;
- d) Fase 4 (Assistência Técnica) - desde a fase do procedimento de formação do contrato, até à adjudicação da obra e durante a sua execução, de acordo com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas.

2 - Para a elaboração de todas as fases do projeto, no prazo estipulado de 180 dias, conforme ponto anterior, não se consideram períodos de aprovação.

3 – Para a execução da obra, salvo condicionalismos justificados, estipula-se um prazo de 550 dias.

¹ O valor do prémio de 10.000,00+IVA auferido pelo concorrente classificado em 1.º lugar no Concurso Conceção “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”, é deduzido à primeira prestação de honorários devida, no procedimento de ajuste direto para a elaboração do projeto de requalificação urbana intitulado “Do Mosteiro ao Castelo | Acessibilidade e Nova Mobilidade”

OUTROS ANEXOS

Elementos topográficos, cartográficos e geotécnicos, levantamento das construções existentes e das redes de infraestruturas locais, coberto vegetal, características ambientais e outros eventualmente disponíveis, a escalas convenientes

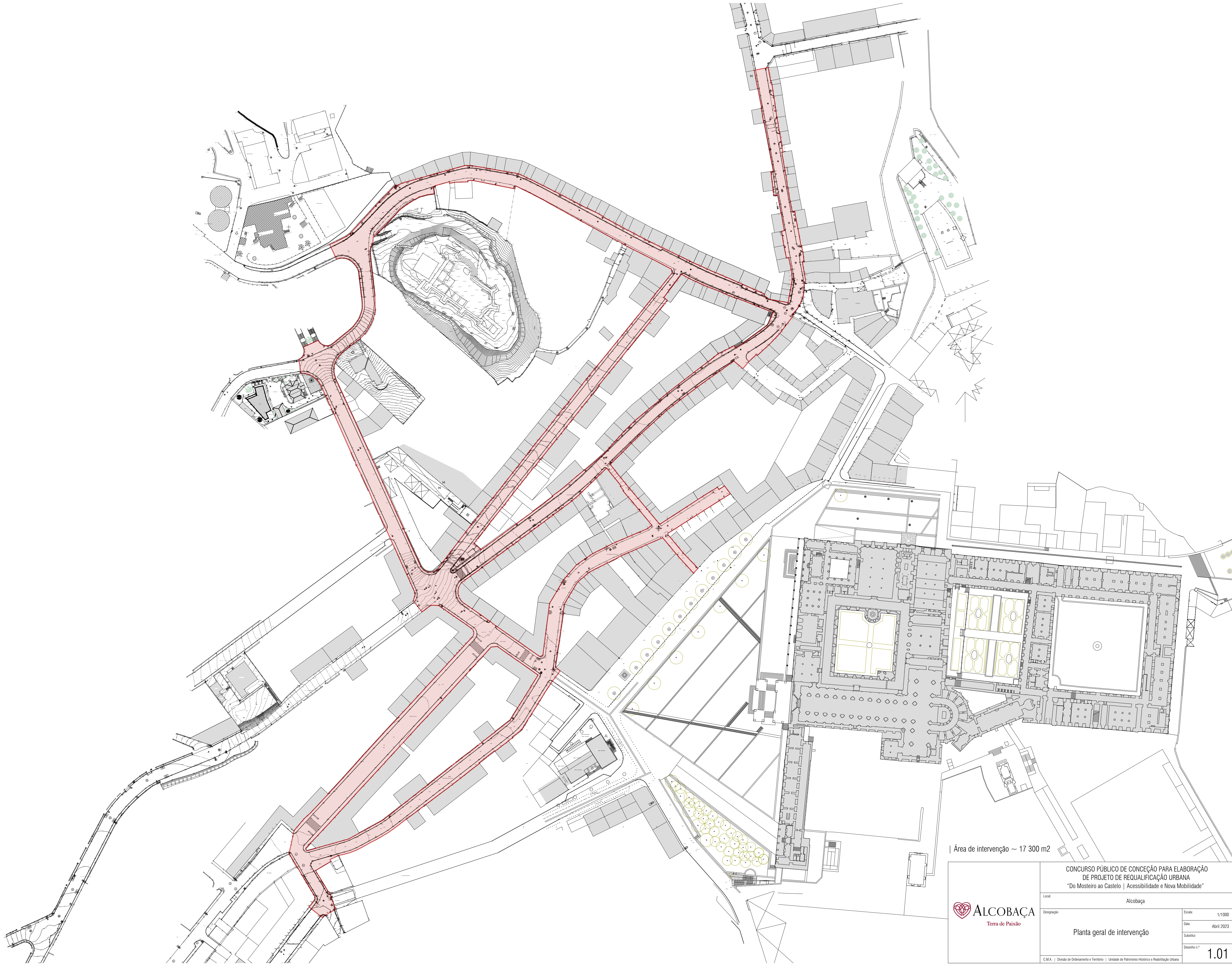
- a) **Anexo 1** – Peças desenhadas (Planta geral de intervenção em DWG com indicação de Infraestruturas de rede de água, rede de gás, rede de saneamento, rede elétrica e condicionantes);
- b) **Anexo 2** - Fotos



| Área de intervenção ~ 17 300 m2



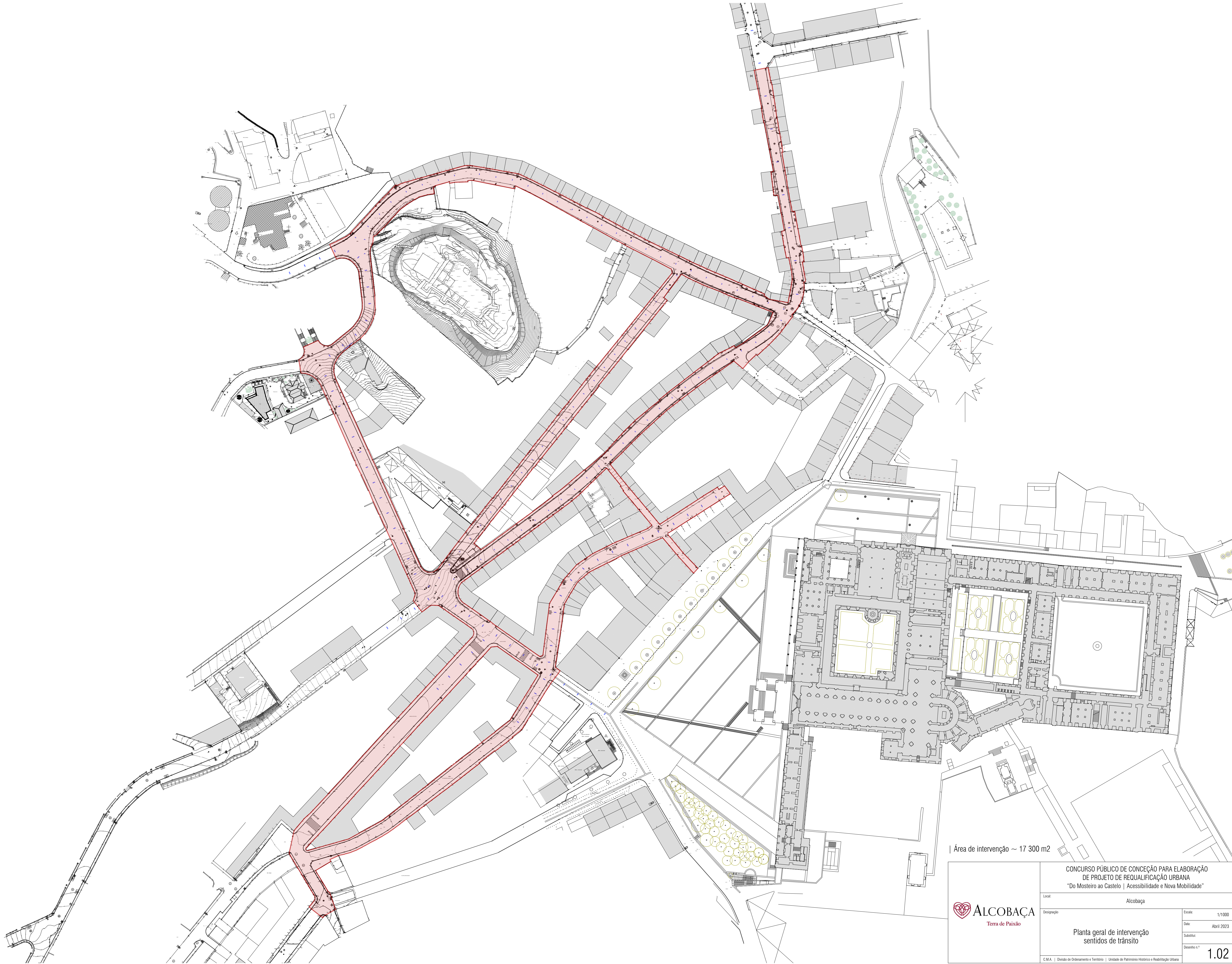
CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"			
Local:	Alcobaca		
Designação	Ortotofotomapa	Escala:	1/1000
		Data:	Abril 2023
		Subtítulo:	
		Desenho n.º	
		C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana	
		1.00	



Área de intervenção ~ 17 300 m2



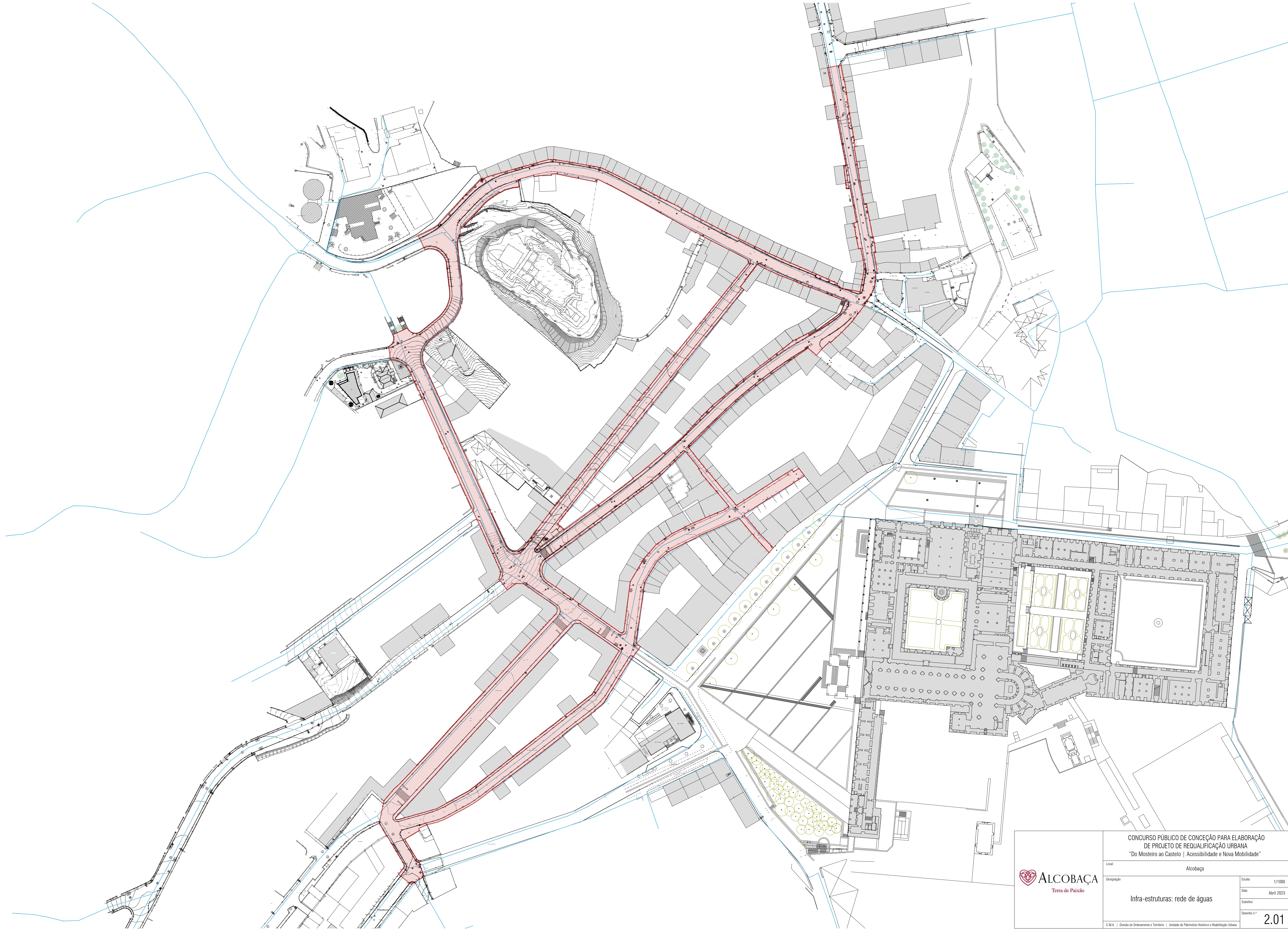
CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"			
Local:	Alcobaca		
Designação:	Planta geral de intervenção	Escala:	1/1000
		Data:	Abril 2023
		Subtítulo:	
		Desenho n.º	
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana			
			1.01



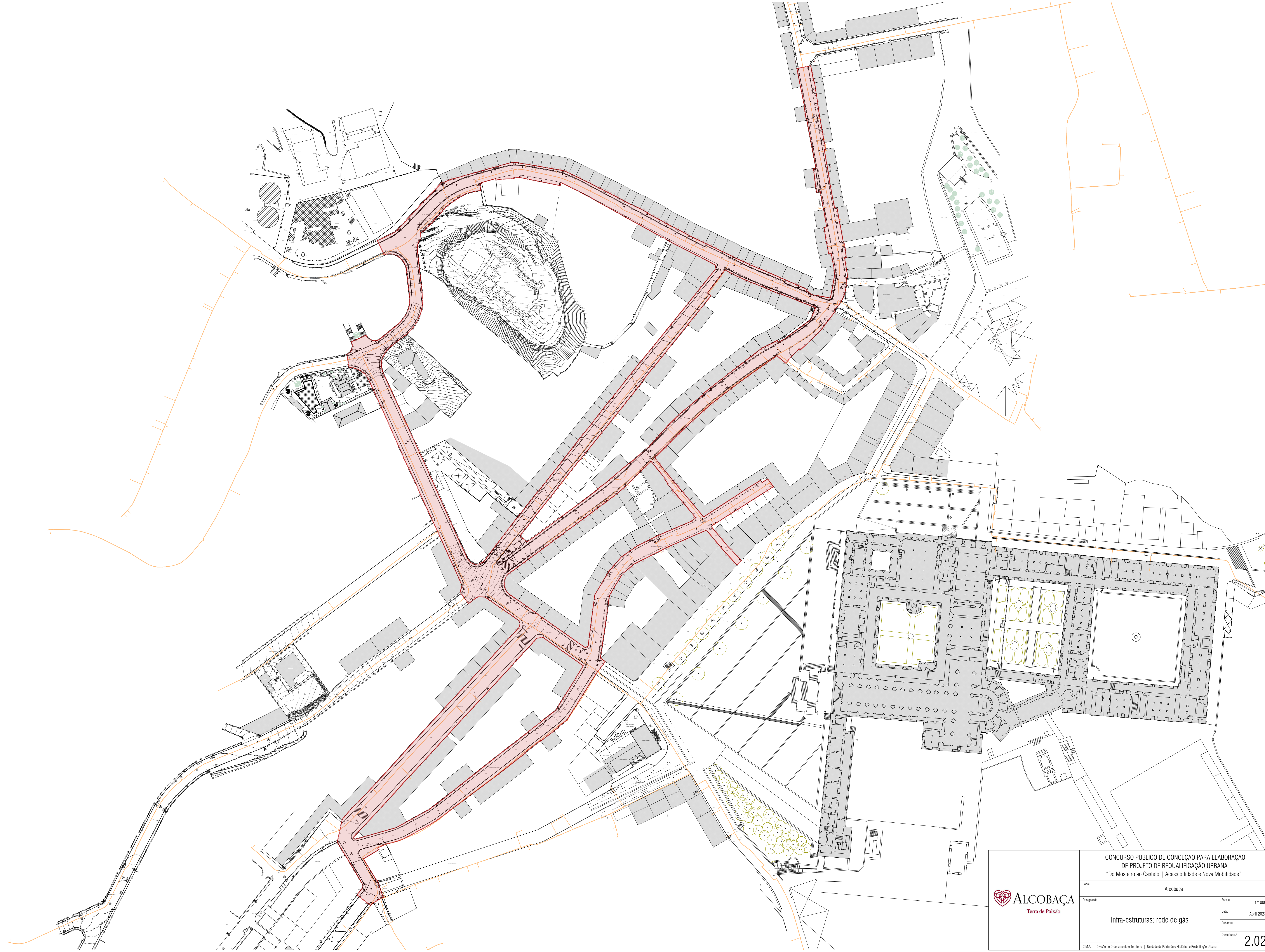
Área de intervenção ~ 17 300 m2



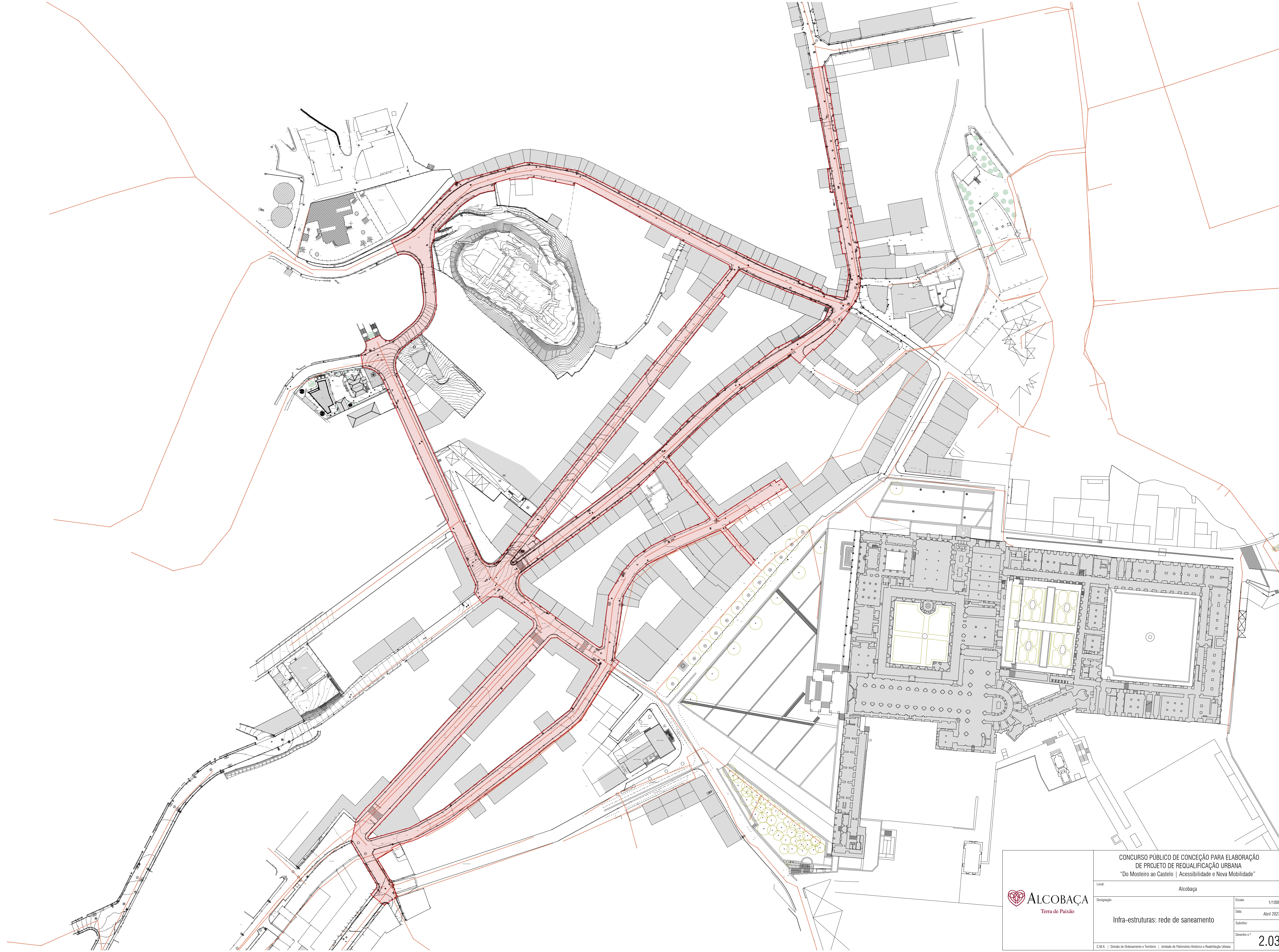
CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaca	
Designação:	Planta geral de intervenção sentidos de trânsito	
Escala:	1/1000	
Data:	Abril 2023	
Subtítulo:		
Desenho n.º	1.02	
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		



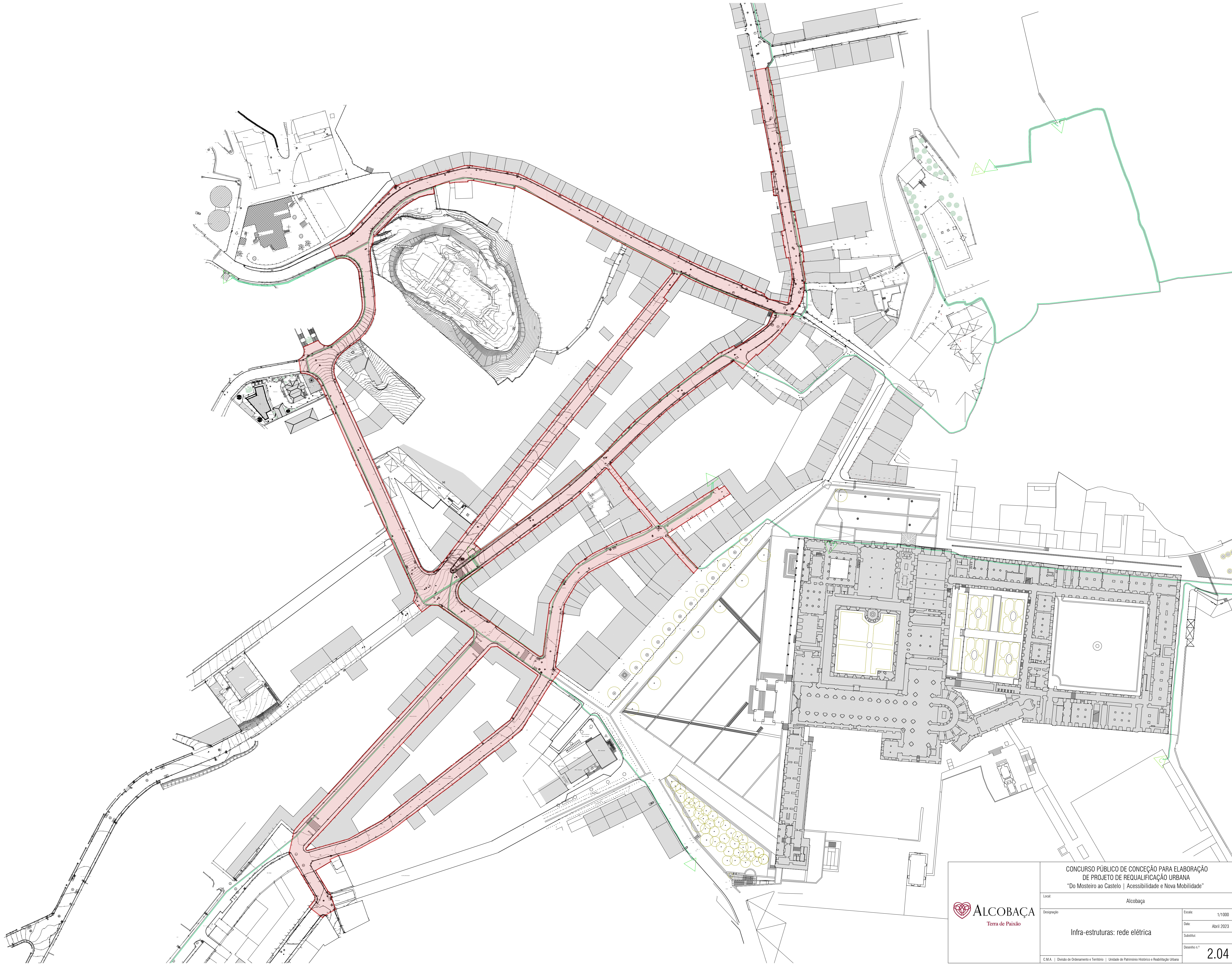
CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaca	
Designação:	Infra-estruturas: rede de águas	
Escala:	1/1000	
Data:	Abril 2023	
Subtítulo:		
Desenho n.º	2.01	
C.M.A. Divisão do Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		



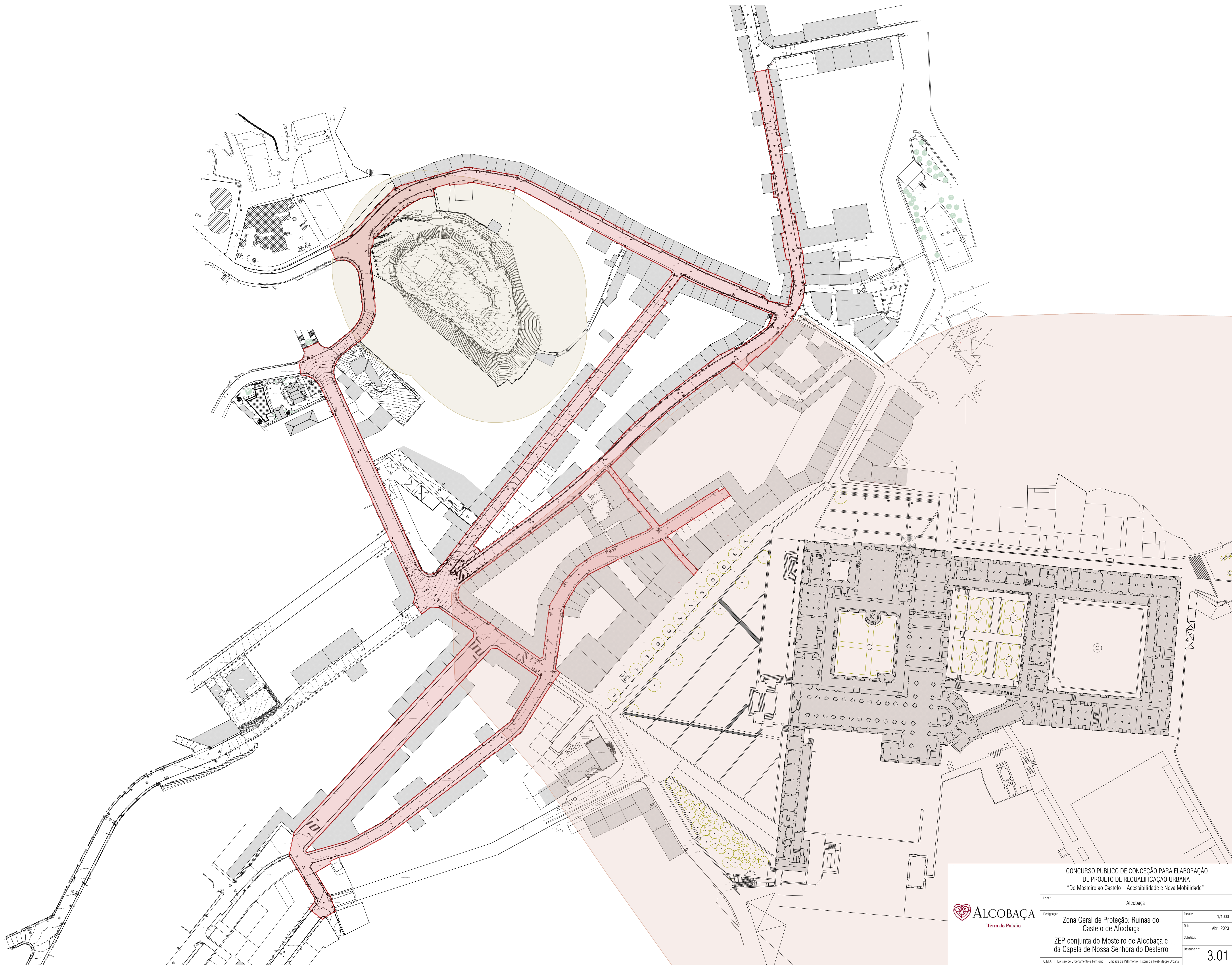
CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaca	
Designação:	Infra-estruturas: rede de gás	Escala: 1/1000
		Data: Abril 2023
		Subtítulo:
		Desenho n.º 2.02
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		



CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaca	
Designação:	Infra-estruturas: rede de saneamento	
Escala:	1/1000	
Data:	Abril 2023	
Substítio:		
Desenho n.º	2.03	
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		




CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaga	
Designação:	Infra-estruturas: rede elétrica	<div>Escala:1/1000</div> <div>Data:Abril 2023</div> <div>Subtítulo:</div> <div>Desenho n.º</div> <div>2.04</div>
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		



CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA "Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"		
Local:	Alcobaça	
Designação:	Zona Geral de Proteção: Ruínas do Castelo de Alcobaça	Escala: 1/1000
Subtítulo:	ZEP conjunta do Mosteiro de Alcobaça e da Capela de Nossa Senhora do Desterro	Data: Abril 2023
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana		Desenho n.º 3.01



		CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA	
		"Do Mosteiro ao Castelo Acessibilidade e Nova Mobilidade"	
Local:	Alcobaca	Escala:	1/1000
Designação:	Levantamento fotográfico	Data:	Abril 2023
Desenho n.º			4.01
C.M.A. Divisão de Ordenamento e Território Unidade de Património Histórico e Reabilitação Urbana			